Aos 18 dias do mês de Novembro de dois mil e vinte às 9 horas em primeira chamada às nove e trinta em segunda e última chamada o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida de Sorocaba por meio de vídeo conferência devido à pandemia do novo coronavírus no Brasil, inicia reunião ordinária com os seguintes conselheiros representantes do Poder Público: Vânia Rodrigues A. Medeiros (Suplente SEDU), Guilherme B. N. Sampaio (Suplente SAJ), Flávia C.S. Martins Rocha (Titular SEPLAN), Karin B. de C. de Toledo (Suplente SEPLAN), Maurício Azevedo da Conceição (Titular SECID), Sergio A. de A. Rocha (Titular SERPO), Rosa Botti (Suplente SEFAZ), Jadderson Alessandro D. Costa (Titular RH), Ivan Flores Vieira (Titular SERIM), Representantes da Sociedade Civil: Andrielle de O. S. V. de Moraes (Titular Projeto LIA), Fabiano Lopes de Castro (Titular ASAC), Anderson N. Silva (Titular APAE), Ione Aparecida Xavier (Suplente CRP), Elaine Cristina Santos (Suplente PCD) e Pâmela Cristina S. da Silva (Titular PCD). Visitante: Sandra Mara (Coordenadoria da Pessoa com Deficiência). Com a seguinte pauta: 1-Votação; 1° secretário(a); Representante no comitê do transporte; Representantes no conselho do trabalho, emprego e renda – COMTER; Representante para comissão Multisetorial responsável para realização de estudos técnicos, avaliação, definição e padronização das calçadas Municipais, instituído pelo Decreto Nº 22.781/2017; 2- Comissões Temáticas – Trabalhos; 3 – Falta no fornecimento de alguns medicamentos(Depakene líquido, Depakene comprimido e Fenobarbital) e equipos para dieta enteral;   4- Reunião no dia 25 de Novembro com a Divisão Proteção Social Básica (CRAS) e Divisão Proteção Social Especial (CREAS);  5- Coordenadoria da Pessoa com Deficiência - Informações. 6- Informes gerais. A presidente Andriele fala da questão das faltas dos conselheiros, que não tem conseguido quórum para as votações. Ione fala que está se sentindo incomodada com a falta de compromisso dos colegas, que dessa forma não se avança. Sugere que seja feito contato com essas pessoas para saber se querem continuar no conselho. Ione fala que nós como conselheiros temos compromisso social, não dá para não responder a sociedade com tantas demandas que temos para discutir e agir ficando parado. Dando sequência Andrielle dá bom dia a todos, diz que falta mais participação da sociedade civil. A primeira pauta são as votações que serão deixadas para o final da reunião devido não ter quórum. Segunda pauta são as comissões temáticas, Andriele pergunta como está a comissão da cidadania, trabalho, relações de emprego e renda e a de Legislação e Jurídica. Guilherme diz que a comissão da cidadania, trabalho, relações de emprego e renda está prejudicada por ter apenas dois integrantes, ele e a Jéssica, sendo que as comissões têm que ter no mínimo 4 integrantes. A comissão de Legislação e Jurídica começou um projeto da cartilha, teve uma reunião entre os integrantes no dia 19/10, onde foram discutidos ideias e modelos para dar continuidade ao projeto, foi feito também um ofício para a delegacia, mas não foi enviado ainda. Guilherme informa que participou da reunião do Conselho de Trabalho, emprego e Renda (COMTER), foi a primeira reunião ordinária do conselho e os trabalhos ainda não estão sendo realizadas, se coloca à disposição em receber sugestões e demandas para levar na próxima reunião. A Comissão do Transporte, arquitetura, urbanização e acessibilidade teve uma reunião no dia 28-10-2020 com a SEPLAN, onde o Rafael Nazário, chefe de divisão nos recebeu. Informou que os projetos são avaliados pela SEPLAN e passado para outras secretarias como meio ambiente e outras, tendo aprovação dentro das leis. Informa que falta fiscalizadores das obras para ver se as acessibilidades estão feitas corretamente iguais no projeto. No entendimento da Andrielle deveria ter um canal semelhante ao 156 só que mais direcionado à falta de acessibilidade, porque algumas denúncias demoram para ser averiguadas. Nesse sentido a Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA) ajudaria. Flávia fala que a SEPLAN segue o plano diretor, porém a equipe de fiscalização é pequena, por isso a demora quando é feita uma denúncia, mas tentam responder dentro da limitação da equipe. Não é possível deslocar uma pessoa de uma equipe pequena para averiguar todas as obras da cidade, contam com as denúncias e mesmo assim, não conseguem averiguar todas as denúncias devido ao número reduzido dos membros da equipe. Andriele fala que a Comissão Permanente de Acessibilidade poderia auxiliar nesse caso. O conselheiro Fabiano pergunta se não seria possível a Comissão Permanente de Acessibilidade e o Conselho trabalharem junto às construtoras em vez de esperar a obra ser concluída para verificar como foi executada? Andriele responde que pode sim ser montada uma equipe para que faça uma sensibilização junto as construtoras. Fabiano informa que o condomínio onde mora foi pensado em acessibilidade, mas certas construtoras não têm esse pensamento. Fabiano reforça que depois de construído, fica mais caro, refazer do que já fazer do zero. Andriele pergunta para Flávia a possibilidade desse acompanhamento, participar junto as construtoras. Flávia responde que é melhor fazer uma nova reunião com o setor do Rafael para orientações nesse sentido. Flavia se prontificou em verificar com o Rafael uma nova data para reunião. Andriele fala a importância da nossa participação no Conselho de Arquitetura para levar essa pauta. Sandra diz que a Comissão ajudará na questão de criar alternativas e formas de fazer a fiscalização. Andriele fala que a carta compromisso que foi feita para os candidatos à Prefeitura, cita que precisa cumprir a Lei e formar a Comissão Permanente de Acessibilidade do município. O munícipe Douglas Salton (Associação de Trabalhadores Lesionados de Sorocaba- ATL) enviou um e-mail ao Conselho referente as vagas preferenciais. Andriele está aguardando uma reunião com a SEMOB para conversarem sobre a regulamentação dessas vagas. Dando sequência a pauta, agora referente ao não fornecimento de medicamentos e equipos. Informa que a conselheira Juliana (SES) tem informado como está a situação. No caso dos equipos, está na mesma situação, onde a empresa contratada não fez o fornecimento e está pedindo ajuste nos valores, esse ajuste já está sendo avaliado pelo setor responsável, mas a prefeitura está tomando as providencias cabíveis no caso do não fornecimento. Não é falta de verba e sim burocrático/ administrativo. Quanto às medicações o depakene líquido está em atraso de entrega, o depakene comprimido e a medicação fenobarbital estão em processo de licitação. Andriele fala que o Conselho precisa ter uma conversa com a Secretaria de Saúde para saber essas questões e soluções. Elaine fala que, além da questão da licitação, tem a programação da prefeitura faz. A prefeitura não deu uma resposta coerente sobre as medicações estarem em UBS que não são de referência do munícipe, tendo que buscar em uma UBS de outro bairro. A prefeitura deveria fazer um levantamento das pessoas que usam remédios controlados e fazer a distribuição para as UBS de referência do bairro. O Conselho levou a proposta do credenciamento das farmácias para que, se der um problema com a licitação, as famílias não fiquem desamparadas e a receita tenha validade nas farmácias credenciadas. A Sandra disse que já tentou agendar uma reunião com o secretário da saúde, mas ainda não conseguiu. Andriele frisa a importância da reunião com a Saúde e que seja feita com o Secretário. Ione fala que é um tema que já foi discutido em reuniões passadas, lembra que teve até uma colaboradora da prefeitura dizendo que é fácil de resolver o levantamento para onde vai tal medicamento e poderia trazer ao conselho. Ione acha que essa informação se perdeu, pois não foi trazida ao Conselho. As famílias estão em sofrimentos psíquicos e a gestão pública está propiciando isso, o Conselho tem o papel de alertar a gestão que isso está acontecendo, caso não tenha uma resolução, o Conselho deve ir ao Ministério Público. O Conselho não pode ficar mendigando ações da gestão, ele deve se impor a gestão. É papel dele responder as necessidades que são concretas da sociedade. O Conselho deve articular dentro do seu papel. As Comissões devem trabalhar para que aliviem a situação e a presidente, com o colegiado, é quem fará o gerenciamento da ação. Andriele fala que a Sandra articulará a reunião com a Saúde e o Conselho deve pressionar para que haja uma solução eficaz. As pessoas que utilizam são as mais prejudicadas, por nem sempre ter condições de comprar o medicamento. Andriele fala das faltas dos equipos, em julho a empresa disse que não tinha sido entregues e já faz 4 meses e nada. Indaga se demora todo esse prazo o processo para empresa não responder e resolver o problema. Próxima pauta, Andriele fala da reunião do dia 25/11 com a Divisão de Proteção Social Básica e Especial, como tem sido a demanda de pessoa com deficiência, se a demanda tem sido grande, se estão conseguindo chegar nas pessoas que realmente precisam. Esse tópico na pauta é uma prévia das dúvidas e do que precisa ser abordado. O Conselho precisa saber como está a estrutura desses serviços, se a quantidade de técnicos está dentro do estipulado por número de habitantes, se a estrutura está correta dentro de seus locais, se as unidades estão acessíveis, como tem sido o trabalho de cada unidade, como está a comunicação entre os setores, que as unidades falem dos serviços prestados de cada um. A Conselheira Elaine fala da experiência dela no CRAS Carandá. Na porta do CRAS tem rampa e do outro lado não, a quantidade de efetivos não atende a quantidade de munícipes do bairro, seja com ou sem deficiência. Ela exemplifica que na Defensoria Pública, famílias que ganham até 3 ou 5 mil reais, ela não sabe ao certo, tem atendimento gratuito, já para o CRAS, essas famílias que recebem dois salários mínimos já são ricas, eles não avaliam os gastos e se depois desses gastos, a família precisará de ajuda. O cartão alimentação foi negado porque a família já recebia renda superior, a família depende de ajuda dos vizinhos para se alimentar. Ela indaga qual é a visão do CRAS sobre avaliar a situação de vulnerabilidade da família. A mesma fala que, no segundo mês em que estavam morando no residencial, a assistente social do CRAS fez uma visita para dizer que eles tinham determinado tempo para decidir qual dos dois ficariam com o BPC e dentro da legislação duas pessoas com deficiência podem unir-se em matrimônio. Elaine foi até a Mara Gabrili para levar essa questão, de como a lei diz uma coisa e o CRAS diz outra. Andriele fala que precisa ver como é a forma de avaliação por ser um programa federal e não municipal. Andriele fala que pensou em chamar alguém do Conselho de Assistência Social para participar da reunião também e que o nosso Conselho participe da reunião deles e levar pautas, são conselhos com objetivos iguais. Ione fala que o Conselho não precisa levar pauta para a reunião com o CRAS e CREAS. Eles têm que trazer a pauta deles, o Conselho precisa ouvi-los, saber como está o fluxo das unidades e o trabalho das equipes e a partir daí, problematizar as questões. Como eles estão inteirados das leis, como estão protegendo a população vulnerável. Ione pergunta para Andriele sobre o debate referente ao Decreto 10.502 sobre o Plano Nacional de Educação Especial, se ficou algo decidido. Andriele fala que não houve nenhuma decisão se o debate seria público ou seria um esclarecimento para os Conselheiros. Ione fala que no Brasil todo estão ocorrendo debates entre psicólogos, professores e Ministério Público para a derrubada do decreto. O CONADE (Conselho Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência) fez a votação e a maioria foi a favor do Decreto. No Conselho ainda não foi colocado em pauta para votação, é necessário que tenha um debate antes da votação para que tragam informações. Andriele pergunta aos conselheiros se devem fazer uma reunião extraordinária para debaterem sobre o decreto, se deve ser aberta para o público ou fechada e com a participação de técnicos para falarem com propriedade do assunto. Elaine fala que é bom fazer interno e que a população também tenha acesso as informações. Sérgio fala que o suplente dele está cursando direito e averiguou a lei e viu que existem tratados internacionais altamente discutidos e tem alguns pontos que estão em conflitos, não haveria a necessidade de colocar um decreto sendo que já existe uma lei. Ione fala que o atual presidente confunde a população e ele não pode estar fazendo isso. Andriele sugere em convidar professores da UFUSCAR. Ione fala que o conselho pode usar a sala do Zoom do CRP (Conselho Regional de Psicologia) que comportam até 100 pessoas. Ione sugere o dia 1 de dezembro para próxima reunião, em votação, os conselheiros sugerem pela manhã. Seguindo a pauta Sandra falou que, até a data da reunião, não houve retorno sobre a residência inclusiva, o processo administrativo está na Secretaria de Fazenda. A implantação do Cartão Mais Acessível que estava previsto para junho de 2020 foi adiada para 2021. Quanto a reunião do dia 25, a coordenadoria verificou a necessidade de o conselho ter o conhecimento qual os serviços oferecidos pelo CRAS e CREAS, por conta das denúncias que o conselho recebe. O quarto fórum de inclusão a ser realizado em 3 de dezembro ainda não tem proposta. A coordenadoria junto com o conselho estão responsáveis por realizar. Andriele sugere marcar uma reunião extra para discutirem o assunto. Sandra pergunta se uma família poderia participar da roda de conversa sobre o Decreto 10.502, Andriele diz que sim pois será aberto a população. Ione fala se não seria uma boa ideia levar a questão da inclusão na educação para o fórum, levar alguns debates para lá. Elaine salienta a importância desse assunto para a sociedade. Sandra sugere que os professores da UFSCAR poderiam participar. O conselho decidiu que dia 26 de novembro será a reunião para alinhamento do fórum. Sérgio pergunta o que a população ganharia ou perderia se o decreto fosse mantido. Ione fala que a população perde o direto do Estado oferecer educação para os seus filhos, o Estado fortalece as Ongs para que elas ofertem a educação para a população. Finalizando a pauta segue Informações, o canal 156 recebeu uma reclamação que as atas não estavam sendo postadas no site do Conselho, o Conselho fez um mutirão e conseguiu deixar em dia as atas. As faltas dos conselheiros serão acompanhadas. O registro da presença dos conselheiros está na gravação da reunião virtual. A próxima reunião será no dia dezoito de novembro as nove horas. Sem mais a ser tratado, foi dada por encerrada a reunião e eu, Maurício Azevedo da Conceição, segundo diretor secretário redigi a presente ata.